



Revista Geográfica de América Central

ISSN: 1011-484X

revgeo@una.cr

Universidad Nacional

Costa Rica

Ferreira Machado, Gionário; Carvalho de Sousa, Saane; Silva Almeida, Tiago
A TERRITORIALIDADE CIGANA EM JACOBINA - BA: RELAÇÕES DE PODER,
SIMBOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-14

Universidad Nacional

Heredia, Costa Rica

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820704>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A TERRITORIALIDADE CIGANA EM JACOBINA-BA: RELAÇÕES DE PODER, SIMBOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Gionário Ferreira Machado¹
Saane Carvalho de Sousa²
Tiago Silva Almeida³

Resumo

A presente pesquisa, realizada através da análise de relatos do grupo cigano residente na cidade de Jacobina, norte do Estado da Bahia, Piemonte da Chapada Diamantina, busca compreender a construção da territorialidade e identidade desta etnia através da relação com o lugar de vivência, a partir da sedentarização que ocorreu na década de 1980. Discute as relações de poder existente entre os ciganos e o convívio deste grupo com os chamados não-ciganos. Apresenta aspectos da vida cigana através de simbologias próprias e como estas são encaradas pela sociedade propagadora dos valores de dominação. A territorialidade cigana é entendida neste estudo, como construção temporal de relações com o espaço vivido, entendido pela lógica da necessidade de sobrevivência. A pesquisa apresenta a construção de um território-rede, tomando como base os ciganos de cidades vizinhas. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se dados qualitativos e quantitativos, através da Geografia Cultural.

Palavras- chave: Ciganos – Territorialidade - Simbologias.

¹ Graduandos do 6º semestre do Curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV- Jacobina. E-mail: gionario@hotmail.com

² Graduandos do 6º semestre do Curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV- Jacobina.

³ Graduandos do 6º semestre do Curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV- Jacobina.

Resumen

La presente investigación, realizada a través del análisis de relatos históricos de los pueblos gitanos que viven en el pueblo de Jacobina, norte de la provincia de Bahía (Inicio de la Meseta Diamantina), busca comprender la construcción de la territorialidad e identidad de este grupo étnico a través de la relación con el lugar donde viven, a partir de la sedentarización que ocurrió en la década de los ochentas. Discute las relaciones de poder existentes entre los gitanos y el convivio de estos con los no gitanos. Presenta aspectos de la vida gitana a través de simbologías propias y como estas son vistas por la sociedad que hace perdurable los valores de dominación. La territorialidad gitana es comprendida en este estudio como construcción temporal de relaciones con el espacio vivido, entendido por la lógica de la necesidad de supervivencia. La investigación presenta la construcción de un territorio red, tomando como base los gitanos de pueblos vecinos. En cuanto a los procedimientos metodológicos, han sido utilizados datos cualitativos y cuantitativos, a través de la geografía cultural.

Palabras claves: gitanos, territorialidad, simbología.

Introdução

Este artigo foi produzido a partir do componente curricular Aspectos Antropológicos da Análise Geográfica, do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia – Campus IV – Jacobina, tendo como docente da disciplina e orientadora do trabalho a Professora Esp. Miriam Geonisse de Miranda Guerra.

No presente trabalho estabelecemos diálogo entre a Antropologia e a Geografia, buscando compreender as questões que envolvem a territorialidade cigana no contexto da cidade de Jacobina, analisando as simbologias do grupo, apropriação do território, relações de poder e as escassas políticas públicas voltadas para o grupo étnico.

O estudo da territorialidade cigana parte do princípio de que esta é uma apropriação do espaço, procedido de construção simbólica consequente dos aspectos culturais desta etnia, como nos mostra Haesbaert (1997). Destaca-se no mesmo o

processo de construção do território cigano no período nômade e após a sedentarização do grupo.

A mulher cigana recebeu um destaque na análise, quando tratamos de simbologias do grupo, já que é na figura feminina que percebemos as principais evidências que caracterizam a sua etnia, revelando a pluralidade de valores culturais construtores de sua identidade.

Durante a pesquisa realizamos entrevistas buscando compreender como os ciganos se apropriam do território, surgindo relações de poder e simbologias que se processam, ocasionando construção de territórios-rede conforme discutiremos em seguida.

A análise levou em conta o cotidiano do grupo de ciganos sedentarizados em Jacobina-Ba, identificando as formas de como constroem sua identidade com o espaço, transformando-os em territórios, onde são agentes e vítimas de estereótipos dos não-ciganos.

Ciganos: história e processo de sedentarização

Existem controvérsias sobre a verdadeira origem dos povos ciganos, devido à falta de registros históricos, conseqüente de uma cultura ágrafa. No entanto, a teoria mais aceita pelos historiadores afirma que os mesmos são originários do norte da Índia, na região de Gujaratna, localiza a margem direita do rio Send, de onde foram expulsos em 1398, dispersando-se por várias regiões do mundo e recebendo diferentes nomes conforme os países em que estiveram.

Os principais grupos ciganos existentes no Brasil como nos fala Teixeira (2000), são os Calon, grupo deportado de Portugal por volta do século XVI. A partir do século XVIII chegaram vários outros grupos distinguíveis pelos seus modos de vida, como por exemplo, os Ron.

A Bahia foi um dos estados que mais receberam povos ciganos no Brasil, aos poucos migraram para o interior do estado, paralelamente ao processo de bandeirantismo no século XVI, onde o objetivo maior do império era a exploração do chamado “sertão”, culminando com a implantação de “currais”, e descoberta de metais preciosos, dente eles o cobiçado ouro (CUNEGUNDES, 1989).

No norte da Bahia, região do Piemonte da Chapada Diamantina o grupo de ciganos que compreende esta pesquisa chega no início do século XX, conforme relatos dos mesmos. A partir da década de 1960 são liderados pelo Senhor Salvador Dourado, exercendo o nomadismo como estratégia de sobrevivência biológica e cultural de seu grupo, realizando atividades comerciais como a venda e troca de animais amansados. (TEIXEIRA 2000)

Conforme relato de seus descendentes, Salvador liderava um grupo numeroso de ciganos nômades que transitavam entre as cidades de Irecê, Morro do Chapéu, Miguel Calmon, Várzea do Poço e Jacobina (cidades do interior da Bahia). Segundo o relato abaixo a nora do Srº Salvador, Ceilde Almeida descreve como o grupo se relacionava com o líder:

A gente ia com os meninos nos animal, armando e desarmando o rancho, nois não ficava muitos dias nos lugar porque precisava andar pra vender os animal. Eu gostava daquele tempo, não faltava nada, meu sogro era muito bom com a gente tudo, nossa alegria era bater o rancho e colocar nos animal e sair andando procurando lugar pra se arrancar, tinha vez que andava dia chovendo, com os meninos tudo pequeno, os guadjos não deixava nem guardar os meninos nas casas, tinha medo da gente.(Entrevista concedida a Tiago Silva Almeida em 15/11/2010, Jacobina-BA).

A territorialidade cigana pode ser compreendida neste artigo através da apropriação espacial, processando no espaço construções simbológicas, representadas pela lógica da utilização, enquanto instrumento de sobrevivência e materialização das necessidades conforme nos mostra Haesbart (1997).

Através do nomadismo os ciganos entendiam o território enquanto espaço de liberdade e buscavam várias formas de sobrevivência. Suas principais atividades eram a troca e a venda de animais principalmente para os tropeiros que encontravam nas estradas. Assim estabeleciam estratégias para garantir a manutenção da família.

A territorialidade cigana construía-se cotidianamente, não obedecendo necessariamente uma fixação no espaço. Dessa forma os ciganos constantemente faziam a transformação de espaços em territórios próprios.

Lefebvre (apud HAESBAERT, 1997) afirma que o processo territorializador parte da:

(...) apropriação e dominação do espaço (...), sendo que apropriação seria o processo efetivo de territorialização; que reúne uma dimensão concreta de caráter predominantemente “funcional” e uma dimensão simbólica afetiva; enquanto que dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ser construída (p. 41).

Quando praticavam o nomadismo, os ciganos realizavam uma apropriação temporal do espaço físico, introduzindo símbolos próprios do grupo e ao mesmo tempo transformando este espaço, mesmo de forma tímida. Dessa forma as representações do grupo eram materializadas nos espaços vividos e despertavam um olhar estereotipado dos não-ciganos sobre sua cultura.

O espaço temporal do cigano era as periferias das cidades, as fazendas ou lugares próximos a rios e árvores, onde armavam suas barracas de lona ou couro e amarravam os animais, que ficavam sempre à vista da comunidade para facilitar o comércio. Quando passavam pelas cidades anteriormente visitadas, ocupavam o mesmo local com o consentimento dos proprietários.

Antes nois saia arranchado, e demorava poucos tempo num lugar, meu pai (Salvador Dourado) não gostava de ficar muito tempo, a gente gostava de viver livre coroné, beber água no rio, os meninos andar descalço nossa casa era o mundo todo, o cigano pertencia ao mundo, igual animal. Nosso grupo era grande pra mais de 200 ciganos, a gente vendia os animais e comprava outros pra seguir viagem, arrancar mais adiante, quando nois chegava alguns gadjos batia as porta com medo de nois, mas tinha gente que deixava nois arrancar, era uma alegria quando os ciganos chegava de novo. (Entrevista concedida por Zelito Dourado a Saane Carvalho de Sousa em 20/09/2010).

Ao longo do percurso realizado pelo grupo, as relações estabelecidas com os não-ciganos restringiam-se ao comércio, tendo a figura masculina um papel central

neste processo. A identificação do ser cigano se dava a partir do modo de vida característico, dotado de símbolos próprios que os diferenciava dos demais.

A morte do cigano chefe do grupo, Salvador Dourado em um acidente de carro no início da década de 1990 provocou o processo de sedentarização na cidade de Várzea Nova – Bahia. Em seguida ocorreu uma subdivisão do grupo em famílias extensas, que passaram a ocupar as cidades nas quais antes viviam de forma nômade.

Após a sedentarização em residências fixas e adaptação em casas feitas de tijolos, os ciganos sofreram algumas mudanças em suas estratégias de sobrevivência. A partir desse momento o uso de automóveis se fez necessário entre eles, assim como a venda ou troca dos mesmos. Algumas famílias investiram em compras de propriedades e fazendas. Além desses mecanismos, também começaram praticar a agiotagem, (empréstimo de dinheiro a juros) atividade bastante utilizada no grupo pesquisado.

O território cigano em Jacobina-Ba: materialização das relações de poder

Na comunidade cigana em Jacobina, a família é sempre numerosa, sendo autoridade do homem mais velho respeitada pelo grupo. Ao casarem, as mulheres acompanham a família de seus maridos, permanecendo com os pais, apenas os filhos do sexo masculino juntamente com suas esposas e descendentes.

Através do processo de apropriação do espaço pelos ciganos, as práticas estabelecidas são ora compreendidas de forma natural pelos não ciganos, e ora estereotipada.

Atualmente, os ciganos praticam o comércio através da agiotagem, da troca e venda de animais e de carros, atividades que representam a sobrevivência do grupo. Dessa forma, percebemos a dimensão econômica para os ciganos está inserida na dimensão cultural.

Com a análise das entrevistas do grupo cigano, observamos que a identidade territorial cigana está atrelada a determinados locais da cidade de Jacobina, como sua casa (chamada ainda de rancho, memória cultivada do tempo nômade) e a praça do banco no centro da cidade, onde desempenham suas atividades econômicas. Os ciganos dessa forma atuam como agentes territorializadores principalmente dos locais ligados às atividades econômicas.

A relação estereotipada dos não-ciganos para com os ciganos obrigam os mesmos a trabalharem na informalidade, exercendo o papel de agentes financeiros informais no espaço urbano de Jacobina. Utilizam a Praça Rio Branco (Sede de instituições financeiras como os Bancos do Brasil, do Nordeste, do Bradesco e da Caixa Econômica Federal) como espaço destinado para realizar negócios e empréstimos com os não-ciganos, geralmente pessoas que não conseguem créditos nas instituições formais.

Tais ações são manifestadas cotidianamente a partir das estreitas relações com os demais ciganos do grupo, tanto de Jacobina como de cidades vizinhas, e na relação dinâmica com os não-ciganos. Dessa forma ocorre a materialização de interesses exógenos (não-ciganos) e endógenos (ciganos) no território (SANTOS 2000). O poder torna-se nesse sentido uma relação instável em que os conflitos surgem constantemente, sendo imprescindível refazer cotidianamente essas relações dentro da sociedade.

A sedentarização do grupo cigano e a subdivisão em famílias extensas não contribuíram para a diminuição das relações com o restante do grupo, uma vez que as mesmas continuam existindo, prevalecendo os fortes laços de parentescos indicativos de uma relação profundamente clânica. Sendo a mobilidade dos mesmos nas cidades vizinhas à Jacobina entendida como estratégias espaciais, demarcando um espaço mais amplo de relações de que a escala da cidade, originando territórios-redes de fluxo diversificado.

Sobre essa problemática Souza afirma:

Cada nó de um território descontínuo é concretamente e à luz de outra escala de análise, uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território (“...”), assim cada, “(...) território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos (Souza, 1995 pg. 93)

O estudo do comportamento cigano em Jacobina indicou que as práticas culturais do grupo são também espaciais, já que a presença e o fluxo dos mesmos em várias cidades indicam complexas relações de poder, prevalecendo uma articulação entre os diferentes grupos residentes nas cidades próximas Miguel Calmon, Várzea do Poço, Irecê, Morro do Chapéu, Caém, Utinga, Tapiramutá, dentre outras.

Dessa forma, identificamos relações de afetividade com o espaço, no entanto as mesmas estão relacionadas ao que Guimarães (2003, p 86.), chama de “lugares

movimentantes” sendo sua utilidade necessária e primordial para a preservação cultural do grupo dos ciganos jacobinenses, bem como da região do Piemonte da Chapada Diamantina.

Os ciganos, com sua cultura têm suas vidas marcadas pelo preconceito e intolerância dos não-ciganos. São caracterizados como inferiores, exóticos e folclóricos, de acordo com os padrões ocidentais de dominação. Histórias de furtos de animais domésticos são comumente contadas de pai para filho, propagando o preconceito. Ao serem questionados sobre a cultura cigana, é comum referenciá-los como trapaceiros.

Podemos afirmar que o grupo cigano de Jacobina, convive com diferentes relações sociais no mesmo tempo e espaço, já que mantém fortes laços com o seu grupo cultural e outra mais dinâmica em relação aos não ciganos, sendo necessário administrá-las para conseguir êxito tanto nos negócios, quanto com o grupo.

Existe uma luta constante dos ciganos na preservação de sua cultura, base concreta da manutenção do grupo étnico, a língua própria, o casamento apenas permitido com os integrantes do grupo e as fortes relações estabelecidas com os mesmos, as reuniões diárias representa a continuidade do grupo e de seus valores culturais.

Diante das transformações na vida cigana e o seu processo de sedentarização na cidade de Jacobina, as relações de poder são processadas no território, materializada e postas em prática pelos diversos atores sociais locais, sendo eles ciganos ou não. Assim, o poder é uma relação estabelecida entre as divergentes formas de interesse, tendo como fins específicos de utilização do território.

Políticas públicas para os povos ciganos

Os povos ciganos fazem parte da identidade sócio-cultural do povo brasileiro, tendo contribuído na construção da mesma desde a colonização, quando chegaram ao país após serem deportados de Portugal, Teixeira (2000, p 22). No entanto, ao longo desse período, vem sendo colocado à margem quando se trata de direitos fundamentais.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art.215, dispõe que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apóia e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, além disso, afirma que “o Estado protege as manifestações populares,

indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Compreendemos a existência claramente neste artigo da Constituição Federal de 1988, de uma busca em corrigir erros históricos por parte do governo brasileiro, principalmente através da criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, por meio do decreto de 27 de Setembro de 2004. No entanto, tais iniciativas tratam com muita superficialidade a cultura cigana, limitando-se a debates teóricos e ações sem pouca efetividade e mudança. Esse descaso se repete em maior intensidade nas esferas estaduais e municipais.

Os ciganos de Jacobina-Ba, assim com os demais do Piemonte da Chapada Diamantina possuem uma forma própria de organização social, respeitando e também se adequando às leis da sociedade na qual estão inseridos. No grupo a autoridade do homem mais velho é facilmente identificada e aceita.

Os ciganos acabam possuindo dificuldades em se inserirem em estruturas sociais normativas que lhe garantam o acesso a equipamentos sociais tais como educação e permanência na escola, atenção básica em saúde.

Não podemos afirmar que o Estado não ofereça essa atenção básica, mas se tratando de um grupo com manifestações culturais próprias, uma atenção especial faz-se necessária. A escola, que deveria ser neste caso um espaço democrático de ensino e conhecimento acaba sendo responsável pela difusão de valores dominadores ocidentais, ao ponto de marginalizar a cultura cigana, e não se tornar atrativa para o grupo, que aos poucos evadem sem ter o direito de conclusão de seus estudos, conseqüente de um ensino que pouco representa para suas vidas.

Voz ativa no grupo, o cigano Aderino Dourado, professor pós-graduado em Licenciatura em História, da rede municipal da cidade de Várzea Nova-BA, tem lutado por um ensino mais humanizador que atenda em plenitude de direitos os grupos minoritários. O mesmo aponta como ação urgente do Ministério da Cultura e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, a inclusão da cultura cigana no livro didático, visando o reconhecimento por parte do grupo do seu papel na identidade sócio-cultural do Brasil, e o acesso do conhecimento pela sociedade em geral, tendo como conseqüência a diminuição dos estereótipos.

A LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação) em seu art.26 §4º, quando se trata do ensino da História do Brasil em alguns momentos discute questões

importantes incluindo a cultura indígena, africana e européia, mas exclui a cultura cigana.

Dessa forma, fica claro o total desprezo que passou e vem passando esta cultura ao longo dos anos. O grupo de cigano de Jacobina-BA não conta com o apoio do poder público local, nem mesmo no incentivo à preservação de sua Cultura.

Graduandos e docentes do curso de geografia da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV realizaram um Colóquio onde foram discutidas questões relativas à cultura cigana, participando do mesmo o grupo e estudiosos da questão. A partir do evento, a professora Miriam Guerra tem buscado junto à reitoria da referida Universidade, a implantação de cotas para ciganos no processo seletivos, onde já são destinados 40% das vagas de cada curso para Afros descendentes e outros 5% para Indígenas. Tal iniciativa se apóia no reconhecimento do papel deste povo na construção da identidade sócio cultural do povo brasileiro.

A mulher cigana: representatividade e simbologia

As mulheres ciganas são vítimas de preconceitos por parte dos não-ciganos que utilizam parâmetros ocidentais como modelo de vida e cultura. Estas mulheres são constantemente analisadas através de uma visão estereotipada, erroneamente construída por uma elite que hierarquiza valores.

Por causa da forma como as mesmas celebram a vida, a liberdade e as suas tradições são caracterizadas como maltrapilhas, ladras, e charlatãs. A estas mulheres são atribuídos valores místicos e um mistério que desperta o medo, a intolerância e ao mesmo tempo o fascínio das pessoas.

Percebemos certa desvalorização dessa etnia, ao pesquisar livros, revistas e bibliografias que registram sua trajetória até o momento atual. Ao encontrar tais registros, abordam o esoterismo que os envolvem e os narram geralmente como figuras folclóricas e místicas. Diante dessa dificuldade, utilizamos como principal referência para o conteúdo em destaque, a Monografia de Especialização da docente Miriam Guerra (Universidade do Estado da Bahia) e nos relatos dos ciganos sedentarizados em Jacobina-Ba.

As mulheres ciganas carregam consigo as principais evidências desta etnia, sendo responsáveis pela “transmissão da simbologia que caracteriza o grupo em todas as

fases do ciclo da vida, enquanto guardiãs da estrutura social e cultural do grupo” (GUERRA, 2006, p.10). Estas características estão presentes em seus trajes que geralmente são vestidos longos, coloridos, com muitos babados. Utilizam cabelos compridos, presos com um pente e enfeitado com flores, além dos adornos e adereços de ouro, mesmo as que possuem baixo poder aquisitivo, costumam usar o valioso metal.

Estas mulheres convivem com valores tradicionais que foram moldados ao longo dos anos e que permanecem até aos dias atuais. Um dos mais preservados é a virgindade feminina até o casamento, que permanece praticamente em todas as comunidades existentes no mundo. A virgindade feminina é objeto de valor, prova da sua pureza, honra das tradições e da família, que ao serem corrompidas comprometem as suas bases e a propagação do grupo.

A função da mulher no território cigano é bem definida ficando restrita apenas ao ambiente doméstico. Sua função é zelar pela família e sem ela o ambiente familiar não tem sentido. Não há uma divisão cronológica exata na vida das ciganas, já que sua fase adulta inicia-se no matrimônio e finda-se com a estruturação familiar após o nascimento dos filhos, ficando uma boa parte delas privadas da adolescência. As meninas são mais vigiadas pelas mães e pelas mulheres mais velhas da comunidade, que são responsáveis pela castidade feminina e integridade do grupo. A mulher deve permanecer submissa aos homens, que durante a infância fica sob a tutela de seu pai e após o casamento fica sob a responsabilidade do marido.

Ao nascer uma criança do sexo feminino, o pai começa a juntar dinheiro para o pagamento do dote. Para a cultura cigana o dote é instituído como uma forma de garantir aos noivos o sustento inicial da sua família, sendo determinado pelas condições econômicas do pai, a pureza e idade da jovem. A manutenção da cultura e a perpetuação biológica do grupo cigano encontram-se no casamento. O casamento é uma das etapas mais importantes como relata Pizzinato:

O casamento é um momento de grande importância na cultura cigana, antes de tudo uma questão social destacada. Representando o início de uma relação que une não só o casal, mas as famílias ao longo do tempo e para toda a vida (PIZZINATO, 2009, p 87).

Através do casamento também são estabelecidas as relações comerciais entre os ciganos. A instituição do dote e a escolha dos noivos denotam isso. No período do

nomadismo o pagamento do dote era em forma de objetos que seriam necessários para a manutenção da família como terrenos, barracas, utensílios domésticos, gado e vestidos para a futura esposa. Após o sedentarismo, o dote foi substituído por residências fixas, automóveis, dinheiro, entre outros que garantem o sustento e comodidade para o cigano moderno.

O critério para a escolha do noivo é baseado na sua situação econômica. Quanto mais “abastado” ele for mais chances terá de ser escolhido. É nesta relação que eles encontram seus mecanismos de sobrevivência, pois resistem ao trabalho “formal”, o que pode ser reflexo do preconceito sofrido por eles ou uma forma de preservar suas tradições culturais.

O casamento entre ciganos delimitam territorialidade que reforçam os laços de identidade, uma estratégia para que as tradições não se percam. O casamento não é apenas a união entre um casal, mas a união entre famílias. Segundo Guerra (2006) a tradição familiar cigana é patrilocal, pois após um período de dois anos de casamento o casal deve residir próximo aos pais do marido. Dessa forma seus costumes e laços familiares perpetuam, independentemente das barreiras territoriais. O casamento também é realizado para estreitar as relações com ciganos de outras cidades, construindo o que Haesbaert (2002) chama de territórios-rede.

Sendo assim, podemos perceber o casamento como manutenção biológica do grupo étnico e propagação da cultura cigana. A mulher exerce o papel essencial na transmissão dos valores e das tradições, visto que é um testemunho vivo de sua etnia. Ela é responsável pela transmissão oral dos costumes ao seu povo, visto que sua maior ocupação é educar os filhos nas “leis” de seu grupo. O casamento traz toda uma simbologia que se baseia nos princípios da castidade feminina, no valor do dote, na obediência aos costumes que quase sempre é dever da mulher.

Considerações finais

No presente artigo utilizamos o território como categoria de análise e sustentação para pesquisa, como critério de estudo as relações que os ciganos estabelecem com o espaço de vivência em Jacobina-BA.

O ponto de partida da pesquisa foi o relato de um grupo cigano, principalmente dos que vivenciaram a transição entre o nomadismo e a sedentarização, fornecendo

elementos indispensáveis para a compreensão das relações operacionadas no território e vivenciadas pelo grupo.

É imprescindível analisar as especificidades do grupo cigano sem perder de vista os pontos convergentes com os demais atores sociais, demonstrando as múltiplas formas de materialização das suas necessidades culturais em relação ao território.

Identificamos a carência de políticas públicas dos povos ciganos, reforçando o descaso do poder público em reconhecer os elementos dessa cultura, que mesmo perdendo alguns traços, continua resistindo às mudanças do tempo.

Através da pesquisa e das observações, percebemos que a relação dos ciganos com não-ciganos ao longo da história sempre foi marcada por preconceito. Este trabalho reforça as afirmações presentes nas bibliografias com referência aos ciganos.

A maior manifestação desse preconceito está na relação dos não ciganos com as mulheres ciganas. Como já foi mencionado anteriormente, através das roupas e acessórios utilizados por essas mulheres, percebemos a característica mais evidente dessa etnia, que facilita a identificação desse grupo em qualquer lugar que se façam presentes. Dessa forma é comum ver as pessoas se distanciando delas nas ruas com o olhar de medo e preconceito.

Percebemos que o preconceito reside no choque entre as culturas locais e a cigana e esta não é compreendida em suas particularidades e como um grupo que subsiste mantendo o respeito às suas tradições.

Referências

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil, DF : Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

CASTRO, I.E. de; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.) . Geografia: CONCEITOS E TEMAS. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

CUNEGUNDES, Jubilino. Morro do Chapéu: Um pouco de sua história, sua vida político-administrativos, suas belezas e sua gente. Bahia: Imprensa Oficial. 1989.

GUIMARÃES, Solange T. de L. Paisagens e ciganos: uma reflexão sobre paisagens do medo. In Geografia: Leitura Culturais (Orgs.) . ALMEIDA, M. G. de; RATTTS,

HAESBAERT, R. Desterritorialização e identidade: a rede “ gaúcha” no nordeste. Niterói, EDUFF, 1997. 293 p.

_____, Territórios Alternativos. Niterói, EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

SANTOS, M. Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Marcelo L. de. Sobre o espaço: Território Autonomia e Desenvolvimento In

TEIXEIRA, Rodrigues Corrêa. História dos Ciganos no Brasil. Recife 2000.